

CENTRAL DO CANCELAMENTO: POTENCIALIDADES E ESVAZIAMENTOS POLÍTICOS DISCURSIVOS DA CULTURA DO CANCELAMENTO

Maiara Garcia Orlandini¹
Fernanda Garcia Cassiano²

RESUMO

As plataformas digitais se transformaram em palcos de diversos movimentos de mobilização política e cultural. Os cancelamentos se configuram como um dos novos repertórios que a internet colocou à disposição dos grupos sociais engajados. Diante desse cenário, o foco do artigo é apontar como a cultura do cancelamento tem ganhos e perdas democráticas, e que esses processos não se excluem. Argumentamos que tais mobilizações podem (a) acirrar a polarização política e incentivar discursos de ódio; ao mesmo tempo que podem (b) pautar debates importantes na esfera pública e pressionar a tomada de decisões de instituições políticas. Propomos, assim, uma análise exploratória qualitativa acerca de distintos exemplos de cancelamentos online. Concluimos que a cultura do cancelamento incita o processo de politização ao agendar debates importantes na esfera pública, ao passo que o despolitiza ao estimular o discurso de ódio e linchamentos virtuais.

Palavras-chaves: Ativismo online. cultura fã. cultura do cancelamento.

1 INTRODUÇÃO

A internet é um ambiente variado, que abrange tanto entretenimento e descontração como protestos. Nos últimos anos, ambientou inúmeras mobilizações de larga escala que provocaram atenção de pesquisadores. As reivindicações são variadas: desde a derrubada de regimes ditatoriais, como os protestos no Egito e Tunísia, até reivindicações políticas adotadas por grupos de fãs, como a campanha Ele Não.

A nova dinâmica de mobilizações políticas ambientadas pelas plataformas de redes sociais vem sendo estudada por diferentes áreas e perspectivas. A literatura sobre internet e política aponta que os usos das plataformas de mídias sociais trouxeram mudanças nas

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Maringá (2012). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi professora substituta no departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) nos anos de 2016 e 2017. Integra o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública. Estuda as especificidades da Comunicação Política e Ativismo Digital.

² Mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Vinculada ao projeto de pesquisa "Lacanianismo, literatura e cultura" e ao projeto "Outras Palavras" (POP), sócia da Editora Trema e Chefe de Redação na mesma limitada. Formada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas Correspondentes, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

dinâmicas de ação e participação política, questões essas que são caras para o processo democrático. Há um vasto conjunto de discussões sobre como a internet pode potencializar a democracia (MAIA, 2008, 2012; MARGETTS, 2013, para citar alguns). Contudo, é importante atentar-se aos impactos da internet nas democracias contemporâneas e aos novos repertórios de ação.

Os cancelamentos se configuram como um dos novos repertórios que a internet colocou à disposição dos grupos sociais engajados. A cultura do cancelamento, como popularmente é chamada, é a prática de boicote às empresas, celebridades e bens culturais motivados por atos considerados inaceitáveis.

Um exemplo disso é o caso da influenciadora Gabriela Pugliesi, que, durante a Pandemia de Covid-19, fez um encontro em sua casa com alguns amigos e noticiou a diversão em seu Instagram, indignando grande parte dos internautas que, rapidamente, comentaram em suas publicações e levaram o nome da blogueira aos assuntos mais falados no Brasil por meio da hashtag #PugliesiCancelada. Após a polêmica, Gabriela publicou um vídeo de desculpas em suas redes e, enquanto isso, por cobrança dos internautas, diversas marcas como Hope, Rappi, LBA., Baw Clothing, Mais Pura, Evolution Coffee, Liv Up, Copenhagen e várias outras se posicionaram alegando o cancelamento de contrato com a influencer que, após alguns dias, suspendeu sua conta no Instagram.

E ainda tem gente defendendo com o discurso que ninguém é perfeito. A popularidade traz grandes responsabilidades, pena que poucos a usam com sabedoria. O insta dela está fora do ar, tomara que pra sempre agora! #PugliesiCancelada (28 abr.)

A partir de uma investigação exploratória qualitativa, o estudo analisa os fluxos de ganhos e perdas democráticas ocasionados pela politização e despolitização da prática dos cancelamentos online. Argumentamos que os cancelamentos online podem (a) acirrar a polarização política e incentivar discursos de ódio; ao mesmo tempo que podem (b) pautar debates importantes na esfera pública e pressionar a tomada de decisões de instituições políticas. Diante desse cenário, a ideia central do artigo é apontar como os cancelamentos têm ganhos e perdas democráticas, e que esses processos não são auto excludentes na medida em que contribuem para a democracia ao mesmo tempo que podem fomentar ações antidemocráticas.

2. A INTERSEÇÃO ENTRE CULTURA, POLÍTICA E INTERNET

As artes e a política mantêm uma estreita relação. Desde as críticas e preocupações do movimento modernista até a música popular brasileira e seus ataques ao autoritarismo, a cultura e a política se estabelecem como esferas sem contornos definidos e que se auto influenciam. Ambas esferas entrelaçam à esfera pública e se fizeram objeto de interesse de muitos pesquisadores, em especial, dos estudos culturais britânicos e seus seguidores, que se interessavam na cultura como lugar de conflitos políticos (HALL, 1981; BAUMAN, 2012).

Dentro das distintas abordagens que se preocuparam com a imbricação dos temas, nos interessa o que Dahlgren (2009) chama de conversa proto-políticas, que são as interações e estruturas narrativas que podem fornecer quadros políticos. O conceito diz respeito às conversações cotidianas que utilizam a cultura popular para estabelecerem um elo com o político, ou seja, as apropriações e subversões que as conversas ordinárias podem estabelecer a partir de produtos culturais, como filmes, séries etc. Exemplos de pesquisas que atravessam o proto-político em intersecção com a cultura popular incluem uma série de estudos sobre comunidades de fãs e suas conversas ordinárias (BAYM, 1999; JENKINS, 1992; LEWIS, 1992).

Em seus estudos sobre fãs, Henry Jenkins (1992; 2006; 2012) salienta a transição do isolamento sociocultural para a participação ativa desses grupos. Entender os *fandoms* enquanto sujeitos ativos que produzem sua própria cultura, ao invés de concebê-los como vítimas da cultura de massa, nos permite apreender a prática participativa desses grupos, além de romper com antigos paradigmas. Jenkins (1992) aponta cinco componentes na cultura fã: (1) modo particular de recepção de conteúdos; (2) encorajamento do ativismo do público; (3) função de comunidade interpretativa; (4) tradições particulares de produção cultural; e (5) seu status de comunidade social alternativa. A cultura vivenciada pelos fãs e construída dentro de seus grupos extrapola a esfera íntima e adentra a esfera pública, assim, os sujeitos buscam atuação simultânea aos desenvolvedores das narrativas ficcionais, ou seja, é um processo que envolve o consumo, produção e transformação dos bens culturais.

Além disso, os repertórios de ação dos fãs, comunicam, além das posições culturais, as opiniões sociopolíticas. Na medida em que “a atividade fã é política em seu conteúdo quanto em suas implicações, embora seja negociada fora das esferas tradicionais do discurso político”

(SANDVOSS, 2003, p. 50-1). Esses processos são intensificados com as plataformas de mídias sociais, já que a estrutura online os tornam mais rápidos e acessíveis. As conversações travadas em ambiente online e encabeçadas pelos *fandoms* criam espaços de trocas e debates políticos. Este comportamento fica evidente pelo forte engajamento afetivo, disputas discursivas entre grupos rivais e de apoiadores etc. É através destas dinâmicas e repertórios que a cultura fã é analisada pelas lentes da esfera política, já que a energia que mobiliza um coletivo de fãs a consumir determinados produtos culturais é a mesma força que pode ser mobilizada para causas sociais.

3. ATIVISMO DIGITAL E SEUS REPERTÓRIOS DE AÇÃO: DAS HASHTAGS AOS FANDOMS

A profusão dos estudos que focam na discussão sobre comunicação, política e ativismo digital teve início depois dos grandes ciclos de protestos, em larga escala, que tomaram o mundo a partir de 2011. Ações como Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, da Primavera Árabe, no Oriente Médio, e do movimento 15M, na Espanha, são alguns exemplos de mobilizações de amplo alcance. O Brasil não ficou fora da rota dos protestos de grande magnitude nesse período. As manifestações de junho de 2013, que reuniram milhões de pessoas nas ruas do país, foram um movimento tão inesperado quanto difuso. Inicialmente, focada na resistência ao aumento no preço das passagens de ônibus da cidade de São Paulo, a ação incorporou, paulatinamente, reivindicações sem objetivos definidos, mas que orbitavam em torno da qualidade dos serviços públicos e da corrupção.

Dentro das literaturas sobre democracia, o ativismo está ligado à desobediência civil (RAWLS, 1964), sendo caracterizado como uma ação que anseia uma mudança social. O choque entre o dever de “obedecer a lei” pode entrar em conflito com as “obrigações morais” e resultar na desobediência. Nesse sentido, o ativismo estaria relacionado às obrigações morais do sujeito com a sociedade. A partir dessa perspectiva, o ativismo – enquanto forma de resistência – demanda intenções e consequências políticas que, ao serem organizadas acerca de um projeto de sociedade, se transformam em ações políticas coordenadas (TOURAINE, 1998, 2003). Na sociedade conectada, essas ações ganham visibilidade e assumem novos contornos.

Essa nova dinâmica, proveniente da sociedade conectada, possibilitou, aos teóricos, o tensionamento da Teoria da Ação Coletiva (MAIA, 2012; GOMES et al., 2009), para conseguir

abraçar esse novo fenômeno que incorpora novas formas de ação, junto às ações tradicionais. Enquanto a Ação Coletiva se estabelece como a primeira fase do ativismo digital e coincide com a fase web da internet, a chamada Ação Conectiva (BENNET; SEGERBERG, 2012) endereça o segundo momento do ativismo, considerado o momento pós-web.

A ação coletiva impõe a necessidade de criação de um “nós” – identidade coletiva – por meio de consensos e eventuais apagamentos das divergências, além de demandar pela institucionalização, na qual os ativistas reivindicam suas pautas em websites e se comunicam via e-mail (GOMES et al., 2009). Já a lógica da ação conectiva intensifica a possibilidade de personalização (BENNETT; SEGERBERG, 2012), utilizando as plataformas de redes sociais como ferramentas para publicizarem suas demandas e se organizarem entre si, configurando-se como estrutura e espaço para mobilização política.

As principais características dessa nova lógica são: 1) o conteúdo político personalizado, ou seja, produzem repertórios de protestos adaptáveis; 2) rapidez no alcance; 3) largas mobilizações ocasionadas, principalmente, pelo fácil engajamento; 4) pouca, ou nenhuma, participação de instituições governamentais; 5) não requer filiação ideológica dos participantes ao movimento; e, 6) maior possibilidade em atingir alvos políticos e fazer ligações entre diferentes demandas. (BENNETT; SEGERBERG, 2012).

Bennett e Segerberg (2012) creditam esse aspecto da lógica da ação conectiva ao que definem como “quadros de ação pessoal” (*personal action-frames*). Esses quadros são formados a partir de dois elementos: inclusão e abertura tecnológica. O primeiro diz respeito à inclusividade simbólica, que é quando os protestos em larga escala utilizam a linguagem atrelada às emoções. Esse enquadramento não requer esforço para persuadir o sujeito a aderir a ideia, marcados por um alto grau de personalização e adaptação, características compatíveis com a lógica de compartilhamento das mídias digitais. O segundo elemento está relacionado à abertura tecnológica, assim, as ações conectivas em larga escala se ambientam nas plataformas digitais, o que torna o processo mais difuso e amplo.

Seguindo a lógica descrita por Bennett e Segerberg (2012), o ativismo ambientado pelas plataformas de mídias sociais passa a ser individualizado e encontra, nas hashtags, capacidade de personificação, já que pode ser utilizado para demarcar posicionamentos divergentes em variados contextos, incluindo as mobilização sociopolítica. Dessa forma, as

distintas pautas dos movimentos sociais podem ser incorporadas nas conversações cotidianas e através das plataformas de redes sociais; e ganham visibilidade e destaque na esfera pública.

As hashtags são marcadas com o símbolo cerquilha (#), que permite indexação do conteúdo em algumas plataformas. Twitter, Facebook e Instagram são exemplos de redes sociais³ que possuem *affordance*⁴ própria para o uso de hashtags. Isso significa que, além de serem utilizadas como palavras-chave, as hashtags criam repositórios que permitem que os usuários vejam outras postagem que carregam a mesma hashtag. Ou seja, nessas plataformas, os usuários podem seguir o discurso sobre determinados tópicos e ver o que os outros usuários estão dizendo. Isso potencializa a interação entre os usuários, uma vez que podem se relacionar com outros sujeitos fora de sua rede de contato, fugindo dos efeitos nocivos do filtro bolha (*bubble filter*) (SUNSTEIN, 2017; GISLLEPIE, 2018) e contribuindo para democracia, já que incentiva a troca de ideias entre os sujeitos (cf. MAIA, 2012).

O ativismo por hashtag (HOPKE, 2015; YANG, 2016) ocorre quando grande número de comentários aparecem nas mídias digitais indexando uma palavra ou frase como hashtag, sempre com teor de reivindicação e protesto. Como esses comentários, em grande maioria, consistem em inúmeras histórias pessoais e opiniões, elas assumem uma forma de narrativa personificada. Ou seja, o ativismo de hashtag tem "a capacidade de criar histórias nas mídias sociais usando hashtags de uma maneira que seja coletiva e reconhecida pelo público (YANG, 2016, p. 14, tradução nossa⁵). Esse tipo de mobilização tem importante papel nos estágios de alcançar as pessoas, já que é capaz de construir laços emergentes e mobilizar apoiadores.

O uso de hashtags para promover as pautas e reivindicações é uma prática recorrente entre os *fandoms*. Enquanto alguns autores entendem o fã ativismo como ações que assemelham ao ativismo político, mas que são usadas para fins não políticos (EARL; KIMPORT, 2009, p. 221, por exemplo), outros autores compreendem a porosidade entre as fronteiras das esferas culturais e políticas, apreendendo o cunho político das manifestações de grupos entusiastas (BROUGS, SHRESTHOVA, 2012; JENKINS, 2012). Para este trabalho, assumimos

³ As hashtags surgiram em 2007 no Twitter, mas só em 2009 se tornaram links clicáveis que transportavam as interfaces de busca e repositório. Em 2010, o Instagram incluiu as hashtags à sua *affordance* e, em 2013, o Facebook fez o mesmo. Ver mais em Bruns e Burgess (2011) e Paveau (2013).

⁴ O conceito de *affordance*, como pontua Lievrow (2014, p. 48), explora os "potenciais usos" das plataformas, se referindo ao desenho técnico e a sua usabilidade.

⁵ No original, "I consider narrative agency in hashtag activism as the capacity to create stories on social media by using hashtags in a way that is collective and recognized by the public".

os contornos políticos provenientes do ativismo de fã, já que este se estabelece na relação entre indústrias do entretenimento e política, como ressaltamos na primeira sessão.

Nesse modelo de ativismo, a participação política e engajamento cívico emergem dentro da própria cultura fã que utilizam de sua própria infraestrutura para mobilizar à audiência por meio de metáforas próprias. O fã ativismo inclui tanto às reivindicações políticas que emergem no interior dos *fandoms* como também às ações que se apropriam dos universos ficcionais (BROUGH; SHRESTHOVA, 2012). O que se destaca, nos repertórios destes grupos, são suas potencialidades políticas de engajamento cívico e exercício da cidadania que, normalmente, são apreendidos através das práticas de consumo da cultura do entretenimento.

A potencialidade política de produtos culturais oriundos do fã ativismo é objeto empírico e teórico de distintas pesquisas: comunidade online de torcedores de futebol (VIMIEIRO; MAIA, 2017), comunidade de entusiastas da saga Harry Potter (JENKINS, 2012; KOLINSKI; GONZATTI, 2019; para citar alguns), novelas e seus telespectadores (SCARDAVILLE, 2005); jogos online (MACEDO, 2017), os *fandoms* políticos conservadores (DALMONTE; SOUZA, 2019), entre muitos outros.

Independentemente de quem são os objetos ou pessoas que os grupos de fãs compartilham seus afetos, uma prática recorrente nos *fandoms* é a utilização das hashtags. É por meio das plataformas de redes sociais que ambos conceitos de ativismos – hashtag e fã – se convergem. Um exemplo de reivindicação que é vinculada a esses diferentes ativismos e que se concentra como objeto empírico deste artigo são os cancelamentos online. A cultura do cancelamento, como vem sendo chamada, é a iniciativa de suspender apoio à uma personalidade, empresa ou produto motivados por atos considerados inaceitáveis.

Considerada como o termo de 2019 pelo Dicionário Macquarie⁶, a cultura do cancelamento pode ser compreendida como um repertório de ação desses grupos. Apesar da deficiência conceitual do termo, entendemos que a cultura do cancelamento não é algo recente. Consideramos que boicotes, linchamentos, bullyings virtuais e até formas offline de inibições são caracterizadas, contemporaneamente, como cancelamentos, mas datam ser pré-plataformas de redes sociais. Nosso interesse não é traçar uma concepção conceitual

⁶ Disponível em: <https://www.macquariedictionary.com.au/resources/view/word/of/the/year/2019>. Acessado em 20 jun de 2020.

sobre o fenômeno, mas sim encarar as dinâmicas das redes sociais e sua capacidade de conceder novos contornos para antigos repertórios, como o caso do boicote que, ao ser ambientado nas redes sociais, passa a ser apreendido como cancelamento.

Dentro dos repertórios de ações dos ativismo, muito se questiona sobre a eficácia dos cancelamentos. Diante desse cenário, o foco do artigo é apontar como os cancelamentos online têm ganhos e perdas democráticas, e que esses processos não se excluem, ou seja, eles contribuem para a democracia ao mesmo tempo que podem fomentar ações antidemocráticas.

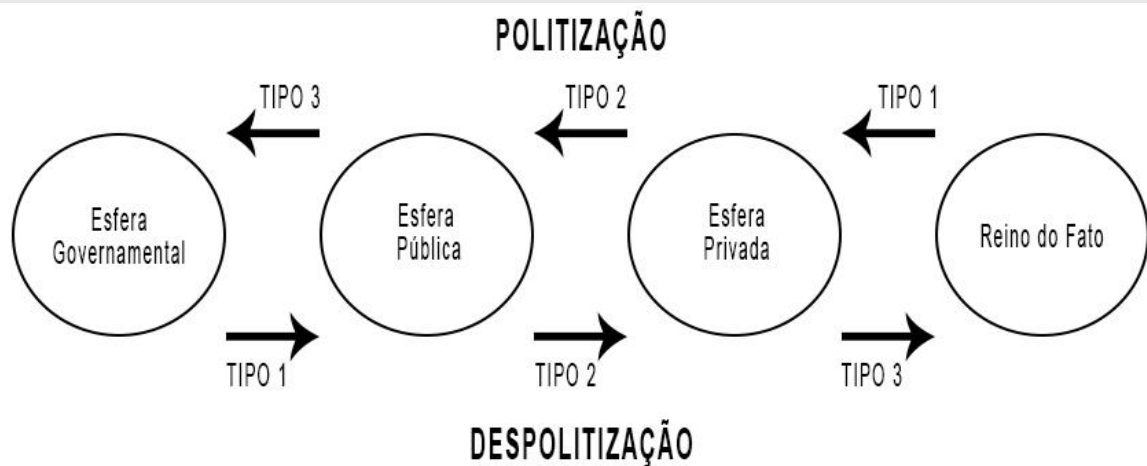
Cancelar uma celebridade ou marca diante do julgamento de suas ações é uma ação eficaz? Quais as consequências simbólicas e políticas dos cancelamentos? A cultura do cancelamento deveria ser cancelada? Para responder essas questões, o presente artigo propõe uma análise exploratória qualitativa acerca das diversas mobilizações de cancelamento incitadas por *fandoms* e que utilizaram as hashtags como ferramentas de organização e reverberação. Para identificar os fluxos de ganhos e perdas democráticas dos casos empíricos, utilizamos os marcadores de des(politização) (HAY, 2007;2014) que, neste artigo, se colocam como operadores da análise e que serão discutidos na próxima sessão.

4. CANCELAMENTO ONLINE E OS PROCESSOS DE DES(POLITIZAÇÃO)

O processo de migração entre as esferas privada e pública que acarreta o processo de politização e despolitização é alvo de pesquisa de autores como Hay (2007, 2014), Wood (2016), Wood e Flinders (2014) e Foster et al. (2014), para citar alguns. Esses pesquisadores se preocupam em teorizar e criar operadores analíticos para buscar entender os processos de politização e despolitização sociais.

Hay (2007), no livro *Why We Hate Politics*, identifica três diferentes etapas de politização e despolitização, como mostra a Figura 1:

FIGURA 1: Etapas de politização de Hay (2007) e Wood e Flinders (2014)



FONTE: Autoras.

A politização Tipo 1 é o primeiro e mais básico processo que ocorre por meio do reconhecimento e questionamento de uma questão que antes pertencia apenas ao reino do fato. Está associada à capacidade de questionamento e reconhecimento de objetos que, anteriormente, ficavam intangíveis e eram considerados frutos de processos naturais. Ou seja, é quando uma questão migra do Reino do Fato para a Esfera Privada que a politização Tipo 1 ocorre.

A politização Tipo 2 segue dando continuidade à Tipo 1. Essa ocorre quando debates que, antes, eram limitados à esfera privada migram para a esfera pública e se tornam objeto de deliberação. Dessa forma, questões se transformam em foco de preocupação coletiva e tomada de decisão, afastando-se do bem-estar individual ou privado. Seguindo o processo, a politização Tipo 3 tem foco na esfera governamental. Aqui, questões que já eram de preocupação pública se tornam agenda política formal, ou seja, é a transição da esfera pública para o Estado (quando determinadas demandas públicas tornam-se foco de debate legislativo, leis, regulamentações etc.).

Dentro da cultura do cancelamento, podemos identificar a politização de Tipo 2, já que os cancelamentos - em muitos casos - são motivados pelo descontentamento político com algumas celebridades, o que agenda importantes debates na esfera pública. Para personificar e viralizar, grupos de haters e fandoms utilizam de hashtags para mobilizar a esfera pública online. Isso ocorre porque muitas das figuras inseridas na mídia têm sua imagem vinculada à alguma causa e pauta social. Pela busca de ação nas esferas governamentais, as

representações dos cancelamentos, principalmente por pautas de direitos humanos e posicionamentos políticos, emergem com grande frequência na mídia.

Exemplo de cancelamento que ganhou as plataformas recentemente foi contra a cantora Anitta. O cancelamento que ficou conhecido como "o enterro do pop", utilizou a hashtag #AnittalsOverParty. A campanha foi motivada pela crítica ao não pronunciamento político da cantora por meio da hashtag #EleNão, que, na ocasião, foi mobilizada por diversas celebridades. O cancelamento foi agravado quando a mesma cantora convidou o, até então, amigo e cantor Nego do Borel para participação em um show, dias após o mesmo ter se envolvido em uma polêmica por causa de uma fala transfóbica em suas redes sociais.

Outra hashtag que emergiu incitando o boicote à cantora Anitta, é a #Anittacancelada. A hashtag foi utilizada como teia de diversas pautas polêmicas que envolvem a cantora, como a recente discussão com o Jornalista Léo Dias, envolvendo questões de sigilo à fonte jornalística e manipulações.

Ainda em relação ao apoio à campanha #EleNão, a cantora Valesca também causou grande comoção na internet após publicar uma foto com um maquiador declaradamente fã de Bolsonaro. No twitter, a hashtag #RIPValesca virou pauta política e engajou debates sobre liberdade de expressão, além da discussão política envolvendo o - na época - candidato à presidência e atual presidente, Jair Bolsonaro.

Em esfera global, após uma desavença com Kanye West, a cantora Taylor Swift também foi vítima de boicotes por meio das hashtags #TaylorSwiftIsASnake e #TaylorSwiftIsCancelled. As hashtags desencadeiam uma disputa discursiva entre os fandoms de Taylor versus Kanye e agendou o debate sobre misoginia e racismo nas redes sociais. Em uma reflexão a respeito da politização Tipo 2 é compreensível que o uso das hashtags enquanto mecanismo de crítica ativista serve como uma forma de tornar preocupações privadas coletivas e agendar temas caros à sociedade na esfera pública.

Já o conceito de despolitização descreve o deslocamento da tomada de decisões do Estado para a sociedade civil, fazendo o caminho reverso (ver figura 1). A primeira despolitização, Tipo 1, é caracterizada pela delegação das funções do Estado para instituições e atores sociais. O que acontece, nesse processo, é que questões que antes eram responsabilidade dos governantes acabam sendo delegadas à arenas menos politizadas, “assim políticos ficam isolados de terem que responder pelas consequências políticas que

podem continuar inalteradas e pelas quais, anteriormente, teriam reivindicado e assumido a responsabilidade” (HAY, 2007, p. 219, tradução nossa).

O Tipo 2 de despolitização diz respeito às questões antes politizadas na esfera pública, mas que não estão sujeitas a deliberação pública, porque foram deslocadas para a esfera privada. Ela acontece como retirada ou apagamento de questões relevantes da mídia e das plataformas digitais e também pode refletir as notícias falsas, discursos de ódio, linchamentos e criminalização de movimentos sociais.

Por último, a despolitização Tipo 3 mostra o deslocamento de questões do âmbito privado para o reino da necessidade. Aqui, há recusa da capacidade de tomada de decisões, como exemplo da transferência de questões importantes para responsabilidade de autoridades divinas ou o enquadramento de processos políticos como “senso comum”, como a naturalização de problemas sociais, por exemplo.

No que tange a cultura do cancelamento, podemos identificar processos de despolitização do Tipo 2. A disputa de repertório que envolve diferentes fandoms ocasiona linchamentos e potencializa a polarização nas redes, o que se coloca como perdas democráticas já que inibem os processos de deliberação pública. Alguns exemplos de discursos de ódio propagados através do cancelamento envolvem a cantora Anitta, como os post retirados da plataforma Twitter:

ludmilla saiba que te amo.. anitta vai tomar no teu c* vadia feia insuportavel”. (15 jun de 2020)

Anitta PIOR PESSOA MANO, mal carátér, falsa, fofoqueira, traidora, cínica, narcicista e maluca. (16 jun de 2020)

Quem defende mau caratismo tbm é mau carátér. Essa vai pros defensores da cobrinha Anitta #anittafofoqueira #anittamaucarater #anittacancelada. (18 jun de 2020)

Tem que fazer que nem fizeram com a Luisa eo vitão dá um monte de dislike nos clipe da vadia da Anitta que é isso que ela é. (15 jun de 2020)

O discurso de ódio, incivil e intolerante afasta as conversões ordinárias de ideias deliberativas. O respeito, em relação aos interlocutores e suas perspectivas, é uma característica basilar da ação comunicativa e da deliberação (cf. MAIA, 2012). Assim, compreendemos que os cancelamentos que incitam essas ações e repertórios potencializam os processos de despolitização política. Para além disso, a naturalização da ação do

cancelamento também pode ser compreendida como despolitização (Tipo 3), já que atua para naturalizar às distintas demandas e agenciamentos, como ilustra a Figura 2:

FIGURA 2 - Compilados de postagens na plataforma Twitter que indexam a hashtag #anittacancelada



Fonte: Twitter.

Ao eximir a responsabilidade da esfera pública e constranger os debates provenientes dos cancelamentos, alguns atos de fala acabam por naturalizar as causas que mobilizam as reivindicações. Essa insatisfação política assola a sociedade contemporânea e pode ser sentida nos discursos das redes sociais. Indo na contramão dos primeiros estudos sobre internet e política - que viam com otimismo a horizontalidade da rede como vetor e fortalecimento da participação política - o que temos, atualmente, são mobilizações contrastantes. Em alguns momentos, fazem jus ao incitar a deliberação e reflexão política, mas em outros desencadeiam a polarização e levam as pautas aos discursos naturalizados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na tendência atual de cancelamento, potencializada com o uso de hashtags e criação de rede de apoio entre internautas, é também pensar no papel da politização, que pode ser inserida em vários níveis de debates. O cancelamento, em um contexto de politização, serve como um instrumento de mobilização e exigências para as instituições e suas bases. No entanto, nem sempre esses cancelamentos são efetivos, visto que os pontos

de debate podem se transformar em discursos de ódio e publicidade contrária em um processo de despolitização.

É necessário colocar que a esfera cultural recebe enfoque nessa análise, porque os movimentos nela presentes tornam possível a construção de mobilizações políticas e agendam temas importantes no debate público. Os fãs ativistas, através de seus repertórios de ação, possibilitam publicizar questionamentos e tornar públicas suas reivindicações, o que se coloca como ganhos democráticos. Já no que tange às perdas, além de incitar discursos incivilizados e intolerantes, o cancelamento - por ser de fácil propagação - muitas vezes é naturalizado por grupos divergentes, numa tentativa de silenciamento e esvaziamento político discursivo da ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Zahar, 2012.

BAYM, N. K. **Tune in, log on**: Soaps, fandom, and online community. Thousand Oaks: Sage, 1999.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739–768, 2012.

BROUGH, M. M. & SHRESTHOVA, S. Fandom Meets Activism: Rethinking Civic and Political Participation. **Transformative Works and Cultures**, v. 10, n., 2012.

BRUNS, Axel; BURGESS, Jean E. The use of Twitter hashtags in the formation of ad hoc publics. In: **Proceedings of the 6th European consortium for political research (ECPR) general conference 2011**.

DAHLGREN, P. **Media and Political Engagement**: Citizens, Communication and Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

EARL, J. & KIMPORT, K. Movement societies and digital protest: fan activism and other nonpolitical protest online. **Sociological Theory**, v. 27, n. 3, p. 220-243, 2009.

EARL, J. & KIMPORT, K. Movement societies and digital protest: fan activism and other nonpolitical protest online. **Sociological Theory**, v. 27, n. 3, p. 220-243, 2009.

FAWCETT, P.; MARSH, D. Depoliticisation, governance and Political Participation. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, 2014, p. 171–88.

FERNANDO DALMONTE, Edson; FERREIRA DE SOUZA, Pedro Carlos. **Ativismo por fandoms políticos conservadores: a discussão em torno dos casos Queermuseu e La bête por páginas pró-Bolsonaro**. **Comunicação & Sociedade**, v. 41, n. 2, 2019.

Foster, E., Kerr, P., & Byrne, C. **Rolling Back to Roll Forward**: Depoliticisation and the Extension of the Government. *Policy and Politics*, 42(2), 2014, p. 225–241.

GILLESPIE, T. **A relevância dos algoritmos**. *Parágrafo*, v. 6, n. 1, p. 95–121, 2018.

GOMES, W. et al. "Politics 2.0": Barack Obama's on-line 2008 campaign. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 29–43, out. 2009.

HALL, Stuart et al. **Cultural studies**: Two paradigms. na, 1981.

HAY, C. Depoliticisation as process, governance as practice: What did the "first wave" get wrong and do we need a "second wave" to put it right? **Policy and politics**, v. 42, n. 2, 2014, p. 293–311,

HAY, Colin et al. **Why we hate politics**. Cambridge: Polity, 2007.

HOPKE, J. E. Hashtagging Politics: Transnational Anti-Fracking Movement Twitter Practices. **Social Media and Society**, v. 1, n. 2, 2015.

JENKINS, H. "Cultural acupuncture": fan activism and the Harry Potter Alliance. **Transformative Works and Cultures**, v. 10, n., 2012.

JENKINS, H. **Convergence culture**: where old and new media collide. New York: NYU Press, 2006.

JENKINS, H. **Textual poachers**: television fans and participatory culture. New York: Routledge, 1992.

KOLINSKI MACHADO, Felipe Viero; GONZATTI, Christian. Harry Potter e aquele-que-não-deve-ser-votado: Imaginação cívica, Ativismo de fãs e Fascismo Eterno em redes digitais do jornalismo de cultura pop. **Comunicação & Sociedade**, v. 41, n. 2, 2019.

LEWIS, L. A. **The adoring audience**: Fan culture and popular media. London: Routledge, 1992.

MACEDO, TARCÍZIO. Quando os fãs-jogadores encontram o ativismo: repensando a participação e resistência nas práticas digitais do fandom de League of Legends no Brasil. **Metagame: Panoramas dos Game Studies no Brasil**. São Paulo: Intercom, p. 165-207, 2017.

MAIA, R. C. M. **Deliberation, the media and political talk**. Nova York: Hampton Press, 2012.

MARGETTS, H. The Internet and Democracy. In: DUTTON, William H. (Ed.). **The Oxford handbook of internet studies**. Oxford University Press, 2013.

PAVEAU, Marie-Anne. **Hashtag**. Disponível em: <https://technodiscours.hypotheses.org/488>. Acesso em 22.05.2018.

RAWLS, John. **Legal obligation and the duty of fair play**, Cambridge, 1964.

SANDVOSS, C., **A game of two halves**: football, television and globalization, London & New York, Routledge, 2003.

SCARDAVILLE, Melissa C. Accidental activists: Fan activism in the soap opera community. **American Behavioral Scientist**, v. 48, n. 7, p. 881-901, 2005.

SCARDAVILLE, Melissa C. High art, no art: The economic and aesthetic legitimacy of US soap operas. **Poetics**, v. 37, n. 4, p. 366-382, 2009.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic. com**. Princeton university press, 2001.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**: Política e Sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

WOOD, Matthew. Politicisation, depoliticisation and anti-politics: Towards a multilevel research agenda. **Political Studies Review**, v. 14, n. 4, p. 521-533, 2016.

WOOD, Matt; FLINDERS, Matthew. Rethinking depoliticisation: Beyond the governmental. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 151-170, 2014.

YANG, G. Narrative Agency in Hashtag Activism: The Case of #BlackLivesMatter. **Media and Communication**, v. 4, n. 4, p. 13, 2016.

CANCELLATION CENTRAL: DISCURSIVE POLITICAL POTENTIALITIES AND EMPOWERS OF CANCEL CULTURE

ABSTRACT

Digital platforms are transformed into stages of diverse movements of political and cultural mobilization. Cancellations are configured as one of the new repertoires that the Internet has made available to the social groups involved. Given this scenario, the focus of the article is pointed out as a culture of cancellation that suffers and loses democratic, and these processes are not excluded. Arguments that such mobilizations can (a) activate political polarization and encourage hate speech; while it can (b) guide important debates in the public sphere and pressure the decision-making of institutions. We therefore propose an exploratory qualitative analysis on different cancellations. Conclude that the culture of cancellation incites the process of politicization, schedules important debates in the public sphere, and performs depoliticization steps by stimulating hate speech and virtual lynching.

Keywords: Online activism. fan culture. cancel culture.

CENTRAL DE CANCELACIÓN: POTENCIAL POLÍTICO DISCURSIVO Y EL VACÍO DE LA CULTURA DE LA CANCELACIÓN

RESUMEN

Las plataformas digitales se han convertido en el escenario de diversos movimientos políticos y culturales. Las cancelaciones son uno de los nuevos repertorios que la Internet ha puesto a disposición de los grupos sociales. Ante este escenario, el objetivo de este artículo, es mostrar cómo la cultura de la cancelación genera ganancias y pérdidas democráticas, y que estos procesos no necesariamente se excluyen entre sí. Tales movilizaciones pueden (a) intensificar la polarización política y fomentar el discurso de odio; pero, al mismo tiempo que pueden (b) orientar debates importantes en la esfera pública y generar presión para la toma de decisiones en las instituciones políticas. Por lo tanto, se propone un análisis exploratorio cualitativo sobre diferentes ejemplos de cancelaciones online. Se concluye, que la cultura de la cancelación

conllewa a un proceso de politización al generar debates importantes en la esfera pública, al mismo tiempo que lo despolitiza, al fomentar el discurso de odio y los conflictos virtuales.

Palabras clave: Activismo en línea. cultura de fans. cancelar la cultura.

Título, negrita, Calibri, Cuerpo 12 (incluir título em espanhol)

Incluir a tradução do resumo para o espanhol, seguindo o mesmo formato do resumo em português.

Recebido em: 25/06/2020

Aceite em: 12/12/2021